



Centro Materno-Infantil do Norte. Dividir para organizar?

Jorge Amil Dias

Está aberta a discussão pública sobre o “Centro Materno-Infantil” do Porto. Como é sabido, as opções para a reorganização da Pediatria no Porto foram politicamente condicionadas pela decisão ministerial de que o projecto seria necessariamente ligado ao Hospital de S. António e Maternidade Júlio Dinis, com recusa expressa do projecto anterior que contemplava uma construção anexa ao Hospital de S. João, e de um estudo da ARS Norte que também apontava essa como uma das soluções preferenciais.

Esperar-se-ia então que o anúncio do projecto “final” o enquadrasse na reorganização dos cuidados de saúde à criança e adolescente do Norte de Portugal, já que se promete a construção de uma nova estrutura e não um mero remendo ou acrescento de um ou dois corredores. Esta expectativa é tanto mais legítima quando assistimos ao encerramento de numerosas estruturas de Saúde (Maternidades, SASU’s, Urgências) em nome da rentabilização de recursos, melhoria de eficácia, sinergias, etc. Como entender então que se proponha a construção dum “Centro Materno-Infantil” e se ignore a existência de serviços já competentes nas mesmas áreas, promovendo desnecessária redundância sem que se esclareça a população da bondade da proposta. É certamente interessante saber que a Sala de Jogos dos doentes terá uma mesa de matraquilhos e vidros inquebráveis, canal interno de televisão etc. Mas há seguramente questões bem mais relevantes nesta fase do processo. É verdade que numerosos médicos foram ouvidos na fase de preparação do processo mas é pouco provável que essa audição tenha servido para mais do que uma pública declaração de que “foram ouvidos todos os interessados”.

A dimensão e a população do Porto justificariam a existência dum grande Serviço de Pediatria que reunisse todos os profi-

ssionais e que se integrasse na rede hospitalar de Serviços do Norte do País. E este seria o momento certo para o fazer, pela oportunidade de criar algo de novo de raiz. Não é, infelizmente, isso que se promete... Se acreditarmos que o presente projecto é coerente com a linha de actuação do Ministério da Saúde no planeamento global dos serviços, então a situação torna-se altamente preocupante por sugerir que possa existir uma “agenda oculta” para os actuais serviços sem que isso seja anunciado...

Sobre a estrutura física proposta, faz sentido que seja fisicamente ligada a um Hospital geral para partilha de recursos, mas este modelo divide o Centro em três Unidades consideravelmente afastadas umas das outras. O argumento de que são “próximas” (e nem interessa quantas centenas de metros) é falacioso porque não é viável levar os doentes dum Bloco ao outro sem intervenção de transporte motorizado. A partir do momento em que a ambulância é necessária para o transporte, torna-se irrelevante tratar-se de 200m ou 10km.

Pelas razões apontadas, não parece que o actual projecto sirva os interesses e necessidades de assistência Pediátrica no Norte de Portugal mas, pelo contrário, que contribua para a manutenção e agravamento da pulverização de serviços e recursos que tem existido.

De facto, não existe um mas dois projectos de plano funcional, ambos elaborados por directivas de Governos legítimos. Seria então mais prudente compará-los e definir um “caderno de encargos” das necessidades estruturadas de Assistência Pediátrica no Porto, seguido de prazo para que cada instituição interessada apresentasse uma proposta de concretização e respectivos custos. Um júri independente decidiria então qual dos projectos seria adjudicado.

Correspondência:

Jorge Amil Dias
E-mail: jamildias@netcabo.pt